

editorial

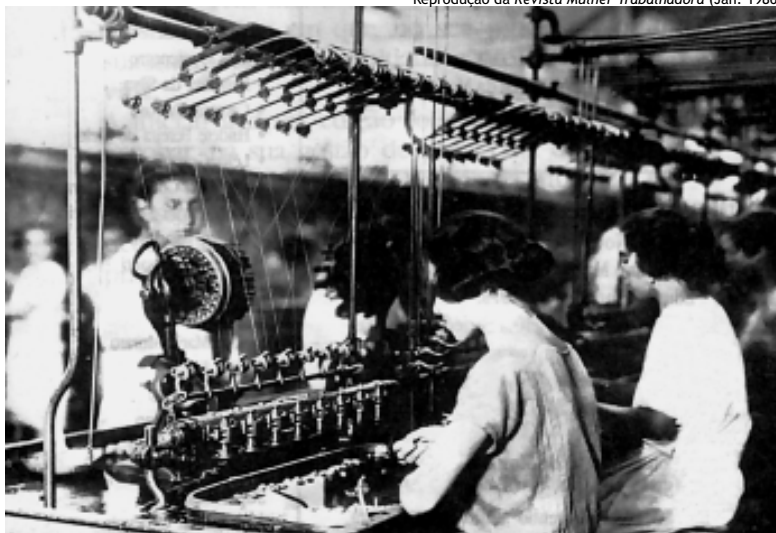
Indignadas e estarecidas, vemos o assassino da trabalhadora rural Margarida Alves ser absolvido. Após 18 anos do assassinato à queima roupa da líder rural, dos sucessivos e escandalosos adiamentos, o mandante do crime, fazendeiro Zito Buarque, foi absolvido, perpetuando a tradição de impunidade dos latifundiários. O fazendeiro, de forte influência na região, é genro do falecido usineiro que havia mandado assassinar, em 1962, o líder camponês João Teixeira, imortalizado no filme “Cabra marcado para morrer”. Aliás, os lutadores e lutadoras da reforma agrária no Brasil continuam sendo marcados para morrer, abatidos à tiro de norte a sul, longe das manchetes dos jornais.

Nessa Era FHC, ao invés da prometida “modernidade do primeiro mundo”, o país mergulha na escuridão em seu mais amplo sentido: da falta de luz, à falta de perspectiva de futuro e justiça social. Esse é o projeto o “Brasil tem rumo” de FHC.

Mais de 4 mil pessoas acompanharam o julgamento e continuará exigindo novo julgamento fora da Paraíba. O governo brasileiro merece ser julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos - OEA pois sua omissão, nesses e em outros casos de violência contra as mulheres, torna-o cúmplice da violência. Basta!

SOF

Reprodução da Revista *Mulher Trabalhadora* (Jan. 1986)



Seção de fiação da IRFM - 1920

As mulheres e a qualificação profissional

por Rocicleide Silva*

Conheci Marta e Tânia na fila de inscrição para um curso de qualificação profissional no Mercado Público em Porto Alegre

Marta tem dezesseis anos e está com seu primeiro filho de quatro meses, não completou o segundo grau e precisa trabalhar, pois mora com os pais. O pai do seu filho é garçom.

Tânia é uma mulher de 35 anos, tinha um olhar inquieto e o rosto cheio de marcas adquiridas pela vida, aparentando ter mais idade. Hoje é chefe de família e tem sob a sua responsabilidade três filhos e a mãe aposentada.

Marta chegou ao guichê muito tímida, sem saber bem que curso gostaria de fazer, mas a esperança de trabalho a trouxe a essa seleção, percebendo a qualificação como porta de entrada no mundo do trabalho.

Tânia está há um ano desempregada,

e acha que a dificuldade principal é a falta de um curso de qualificação, já que nesse tempo ela fez de tudo para obter um emprego.

As trajetórias de Tânia e Marta têm sido mais comuns do que imaginamos e a qualificação profissional vem sendo mais demandada entre mulheres do que entre homens. No Rio Grande do Sul, dentre as pessoas que buscam qualificação profissional, 64% são mulheres.

Mudanças em curso

Segundo Galeazzi (2000), no Século XX, especialmente na década de 90, a entrada das mulheres no mercado de trabalho de forma intensa, diversificada e irreversível fez aumentar a crescente pressão das mulheres por políticas públicas de emprego como a Qualificação Profissional.

Diversos fatores influenciaram esse processo, afirma Galeazzi, tais como: o desejo de desenvolver uma carreira, a necessidade econômica na manutenção familiar e na emancipação das mesmas.

Outro aspecto a ser salientado é que a pressão por qualificação profissional tem atingido homens e mulheres como resultado na alteração do modelo produtivo, com a reestruturação produtiva e as novas formas de gestão do trabalho. Mas a incorporação no posto de trabalho ou emprego ainda está orientada pela divisão sexual do trabalho. Apesar das mulheres, segundo as estatísticas serem mais escolarizadas e qualificadas recebem menos que os homens, na maioria dos casos, no exercício das mesmas funções.

A sensação de estarmos circulando sobre o mesmo problema há anos, nos desafia a buscar o que há de novo nessa relação das mulheres como demandantes da Qualificação Profissional. O que faz com que cada vez mais mulheres busquem qualificação e qual o papel dessa política para o ingresso e permanência das mesmas no mercado de trabalho?

O Trabalho remunerado fora de casa é hoje uma realidade para as mulheres, especialmente nas zonas urbanas e tem se revelado como um importante instrumento na sua auto-sustentação e auto-determinação na medida em que o trabalho tem valor simbólico material na afirmação de cada sujeito(a) ou indivíduo(a) que o possui.

A Qualificação profissional como política pública tem sido um dos espaços em que as mulheres alimentam as esperanças de melhores salários a partir de uma melhor inserção profissional.

Em geral, os cursos para secretárias não têm sido mais o grande alvo na demanda feita pelas mulheres. Mas cursos para cabeleireira, doces, bolos, salgados e artesanato ou serviços, como



Mulheres buscam qualificação profissional

saúde, continuam maciçamente sendo freqüentados por mulheres.

Embora se constate que as mulheres sejam freqüentadoras dos cursos que reforçam a tradicional divisão sexual do trabalho, pouco tem se refletido com vistas a alterar a oferta temática dos cursos e modificar na formulação e na ação essa política pública.

Desafios práticos e conceituais

Entretanto, essa presença e pressão numérica têm revelado que as mulheres, através das experiências desenvolvidas têm contribuído conceitualmente e na prática para as mudanças nas políticas públicas de qualificação profissional.

O Planfor – 2000 (Plano Nacional de Formação Profissional), a partir da constituição de um termo de referência que buscou articular gênero e qualificação profissional chegou a algumas conclusões importantes a respeito dos desafios que a presença das mulheres lançam aos novos processos de qualificação profissional, orientando-os para:

- Explorar novos nichos de trabalho e geração de renda locais/regionais, levando em conta a condição de mulheres trabalhadoras e, em muitos casos, chefes de família;
- Beneficiar populações essencialmente não atendidas pela oferta tradicional de EP, seja por questões de distância, horário ou mesmo de requisitos importantes por entidades formadoras (escolaridade,

freqüência, vinculação ao mercado);

- Incorporar não só habilidades específicas para o trabalho, mas também de conhecimentos e atitude voltadas à questão como saúde e sexualidade, melhoria da qualidade de vida familiar e comunitária;

- Possuem uma capacidade de articulação associando gênero, com políticas sociais como construção de moradia popular, desenvolvimento da agricultura e buscam integração com ações e programas de combate a situações degradantes (prostituição e trabalho infantil);

- Desconstituem positivamente a lógica das escolas ou grupos que trabalham com educação profissional juntando diferentes atores e entidades de educação profissional.

A história de Marta e Tânia é representativa das milhares de mulheres que buscaram qualificação profissional no Estado do Rio Grande do Sul no ano passado. Aqui, o programa não só priorizou como público as mulheres de baixa renda e chefes de família, mas também fez uso de sua prerrogativa de definir prioridade de acesso.

Esse procedimento, adotado desde 1999 no Programa Estadual de Qualificação – Qualificar RS, possibilitou a ampliação de 15% para 54% a presença de mulheres nos cursos em 2000.

Esse processo de implementação de uma política pública com recorte de gênero merece acompanhamento, pois o impacto das mudanças no mundo do trabalho contemporâneo trouxe as mulheres definitivamente para o cenário público, exigindo do Estado, respostas adequadas visando a igualdade.

* Assessora do Deptº do Trabalho, na Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social e Integrante da Direção Executiva Estadual dos Direitos da Mulher no Rio Grande do Sul.

A liberalização do comércio e a vida das mulheres

Federação de Mulheres do Quebec*

Nas Américas, o processo de globalização, integração financeira e livre comércio tem transformado profundamente as vidas das mulheres. As políticas de globalização foram precedidas por políticas de ajuste estrutural nacionais, a privatização de empresas estatais, a reestruturação das políticas de emprego, a flexibilização das leis trabalhistas, a redução de taxas e cotas que resultam na abertura de mercados (que tendem a beneficiar as empresas do norte e trazer “livre comércio” aos países do sul). O Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) criaram um pacote injusto de políticas neoliberais denominado Políticas de Ajuste Estrutural (PAEs) que impuseram como modelo às nações de menos recursos.

As mulheres das Américas (do Sul e do Norte) viram diminuir seus salários e duplicar sua jornada de trabalho, como resultado da liberalização comercial. Porém, as mulheres não só foram afetadas pelas normas do comércio mundiais, mas também estão sendo pelas formas em que elas participam no processo de globalização: como trabalhadoras, produtoras e consumidoras. Ademais, as formas em que as mulheres participam do processo econômico estão condicionadas por sua classe social, raça, etnicidade, orientação sexual, idade, capacidades, religião e outros componentes da identidade, assim como por sua nacionalidade e gênero. De diversas formas, os processos de globalização e livre comércio no continente têm aumentado as desigualdades de gênero existentes e aprofundado as assimetrias das relações de poder entre homens e mulheres.

As regras comerciais se baseiam em teorias econômicas tradicionais neoliberais e políticas macroeconômicas que contêm uma visão discriminatória para o gênero e omitem o trabalho doméstico



Reprodução

“Neoliberalismo mata”

não remunerado realizado pelas mulheres, ou o acesso desigual a recursos tais como crédito, terra, educação e saúde. O trabalho não remunerado que consiste em ocupar-se de tarefas domésticas, o cuidado com as crianças, os doentes e a construção de vínculos com a comunidade, é extraordinariamente importante. Sem dúvida, estes benefícios estão excluídos do mercado, o que conduz a superexploração do trabalho feminino. Ademais, a omissão do trabalho não remunerado afeta as mulheres em sua relação como espaço público, seu papel na sociedade, seu desenvolvimento social e sua capacidade para exercer seus direitos.

As políticas de Ajuste Estrutural do FMI/BM exploram a força de trabalho não remunerada das mulheres para amortizar os impactos destas políticas de ajuste. Os governos têm reduzido seus investimentos para pagar os empréstimos. Estas reduções, em grande parte nos gastos dos programas sociais e na infra-estrutura, como energia elétrica, têm forçado as mulheres a aumentar seu trabalho. As teorias clássicas também supõem que o trabalho das mulheres deve ser flexível, postulando que as mulheres possam ser empregadas quando a economia o exige e, despedidas em períodos de recessão econômica. Isto, devido à crença de que as mulheres são capazes unicamente de obter salários auxiliares ao orçamento familiar, em vez

de constituir sua principal entrada.

Novas regras de comércio, novos perigos

Em relação à força de trabalho, para as mulheres, as regras de comércio mundiais trazem novos problemas. Em nível macroeconômico, o êxito do crescimento baseado nas exportações se deve, em boa medida, à alta taxa de participação de mulheres trabalhadoras nessas áreas. Não obstante, numerosos estudos têm demonstrado que a transição da economia de mercado está baseada num aumento da discriminação ocupacional e setorial baseada no sexo. Nas zonas maquiladoras de exportação, as mulheres representam 90% da força de trabalho.

As estratégias de crescimento baseadas em aumento das exportações, impulsionadas nos acordos de livre comércio neste continente, utilizam uma força de trabalho principalmente de mulheres em trabalhos de baixos salários, penosos, difíceis e precários e sem de proteção social. Essas práticas são possíveis devido à existência de grande fonte de trabalhadoras disponíveis, alimentadas pelas migrações, dando aos empregadores grande poder para contratar e demitir à vontade.

* Extrato de Documento de discussão sobre alternativas à ALCA, dezembro de 2000.

Comadre Florzinha

por Julia da Silveira Codo*



Mais uma boa alternativa para fugir do repertório ruim (funks machistas, pagodes repetitivos, pop-bregas melosos e comerciais) que vem ameaçando a música brasileira, o CD do grupo *Comadre Florzinha* nos apresenta um estilo musical baseado na música popular nordestina pernambucano-alagoana de excelente qualidade.

O nome do grupo vem de uma len-

da da mitologia sertaneja sobre uma mulher que vive na floresta e protege os animais e plantas dos predadores da natureza. Segundo a lenda, Comadre Florzinha pune os caçadores e destruidores da natureza aplicando-lhes grandes surras e está sempre pronta para defender os oprimidos da floresta.

É um grupo formado só por mulheres, cinco nordestinas e uma paulista: cantoras, percussionistas e compositoras de algumas faixas do CD, que também traz obras de Tom Zé, Chico Science, Antônio Nóbrega, além de Cocos, toadas de reisados, cavalos-marinhos, baiyanás e cantos da região da mata. O CD foi gravado pelo CPC-UMES e é uma ótima opção para quem quer conhecer mais da nossa cultura e música popular de boa qualidade.

* Julia da Silveira Codo é estudante.

o que rola

Quarta-feira Roxa de Indignação

A SOF, a União de Mulheres, estudantes da USP e do sindicato dos trabalhadores (as) do IPT organizaram, dia 13 desse mês, a primeira quarta-feira de roxas e roxos de indignação contra a impunidade dos assassinos de mulheres à solta e dos irresponsáveis do governo do apagão.

Vestidas de roxo, com faixas e cartazes de denúncia dos vários assassinos de mulheres à solta, estivemos em frente do Fórum João Mendes em São Paulo, chamando a atenção da Justiça para a violência contra as mulheres que cresce à luz da impunidade. Quanto vale a vida de uma mulher? Onde estão os assassinos de Sandra Gomide, Patrícia Longo, Margarida Alves, Márcia Leopoldi?

Também marcamos nossa visão de gênero sobre a crise energética e apresentamos nosso "kit apagão" para FHC, simbolizando o aumento do trabalho doméstico pesado para as mulheres e o estresse em ter de administrar a economia doméstica de energia. Além disso, com as ruas mais escuras, aumentam os riscos das mulheres sofrerem violência sexual. Por isso, a iluminação pública sempre foi uma reivindicação priorizada pelas mulheres organizadas nos bairros e movimentos.

Continuaremos roxas e roxos de indignação discutindo com a população o resultado da criminosa política de submissão do governo ao FMI e Banco Mundial que orientou o Brasil a cortar os investimentos na infra-estrutura necessária para a expansão da rede de energia e a realizar privatizações do setor energético. As empresas privadas tiveram lucros exorbitantes permitidos pela ANEEL (agência do governo que deveria fiscalizar e orientar o setor) e mostraram toda sua irresponsabilidade e incompetência.

folhafeminista

nº 24 junho de 2001 ISSN 1516-8042

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Butto, Francisca Rocicleide da Silva (Roci), Helena Bonumá, Ivete Garcia, Márcia Camargo, Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha), Maria Ednalva Bezerra de Lima, Maria Emília Lisboa Pacheco, Maria de Fátima da Costa, Maria Otília Bocchini, Martha de la Fuente, Mary Garcia Castro, Matilde Ribeiro, Raimunda Celestino Macena e Tatau Godinho.

A folha feminista, ISSN 1516-8042, é um boletim da SOF na luta feminista. Este número tem apoio financeiro da ICCO.

EQUIPE EDITORIAL

Diretora Responsável: Nalu Faria

Editora: Maria Lucia Silveira

Projeto Gráfico: Alexandre Bessa

Diagramação: Márcia Helena Ramos

Fotolito: Input

Impressão: RWC Artes Gráficas

Tiragem: 1.000 exemplares

Número avulso: R\$1,50



SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

Assinatura anual (10 números): R\$15,00

Rua Ministro Costa e Silva, 36, Pinheiros
05417-080 – São Paulo – SP

Tel/fax: 3819-3876

Correio Eletrônico: sof@sof.org.br

Página na internet:

<http://www.sof.org.br>

próximos números

- GÊNERO NOS LIVROS DIDÁTICOS
- GÊNERO E RAÇA